

Emenda 3 ameaça direitos dos trabalhadores

A Emenda 3, que limita o poder de fiscalização do Executivo das relações de trabalho, é uma ameaça aos direitos dos trabalhadores. Incluída na lei que criou a Super Receita, a emenda impede que fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência punam as empresas que contratam trabalhadores, utilizando o subterfúgio da Pessoa Jurídica. Com a emenda, esta relação só pode ser contestada na Justiça do Trabalho. Na prática, estão facilitando a vida das empresas que praticam fraudes contra os trabalhadores, como não assinar a Carteira de Trabalho e obrigá-los a abrir firma e emitir nota fiscal, como se eles fossem grandes empresas prestadoras de serviço e não trabalhadores que dão expediente todo o dia e estão sujeitos a regras e disciplinas de quem é contratado formalmente. O presidente Lula vetou esta emenda e o Senge-MG, assim como todo o movimento sindical, é a favor do veto que deputados e senadores querem derrubar. Veja na página 7 o que representa esta emenda e como participar da mobilização para a manutenção do veto.



Reforma Política é urgente e necessária

A Reforma Política tem sido considerada como essencial para a definitiva institucionalização da democracia no país. Entretanto, se há um consenso sobre a sua necessidade, transformá-la em realidade parece ser uma missão quase impossível. Várias tentativas já foram feitas e algumas medidas chegaram a ser aprovadas no Congresso Nacional, como a cláusula de barreira que limitava a atuação dos partidos que não atingissem determinado percentual de votos nas eleições proporcionais. Veja nas páginas 4 e 5 o que está sendo discutido na Reforma Política, as dificuldades para se chegar a um consenso e a participação do movimento social para que a democracia seja mais participativa no País.

Anuidade social reduzida e premiada

O Senge Minas Gerais reduziu o valor da anuidade social de 2007 e está reeditando a promoção que empolgou a categoria no ano passado. Todos os sócios que quitarem a anuidade social de 2007 até o mês de julho estarão concorrendo a uma destas ferramentas de trabalho: um notebook com o programa Intellicad instalado, um aparelho GPS e um SmartPhone Palm. O sorteio será realizado em agosto, no evento em que o Sindicato estará comemorando 60 anos de sua fundação. As regras do sorteio encontram-se no site do Sindicato. A anuidade social de 2007 foi reduzida em 10% em relação à do ano passado. Os engenheiros desempregados estão isentos. Veja mais detalhes na página 3.

Eleições revigoram democracia sindical

Está aberto o processo eleitoral para a escolha da nova diretoria e conselho fiscal do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG). Nos dias 26, 27 e 28 de setembro próximo, os sócios do Sindicato vão eleger os novos dirigentes da entidade para o período 2007/2009. O prazo para a inscrição das chapas vai de 31 de maio a 29 de junho e os sócios para terem condições de voto deverão estar quites com o Sindicato até o dia 27 de agosto. O edital de convocação das eleições será publicado no dia 30 de maio de 2007. A eleição significa um momento importante de reafirmação e revigoração da vida sindical. Na página 2, o Senge-MG faz a chamada geral para as eleições.

Sindicato abre processo eleitoral

E stá aberto o processo eleitoral para a escolha da nova diretoria e conselho fiscal do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG). Nos dias 26, 27 e 28 de setembro próximo, os sócios do Sindicato vão eleger os novos dirigentes da entidade para o período 2007/2009. O prazo para a inscrição das chapas vai de 31 de maio a 29 de junho e os sócios, para terem condições de voto, deverão estar quites com o Sindicato até o dia 27 de agosto. O edital de convocação das eleições será publicado no dia 30 de maio de 2007.

A eleição significa um momento importante de reafirmação e revigoração da vida sindical, constituindo em oportunidade impar para

o associado exercer a cidadania e o direito de crítica. Apesar de não ser o único, o momento da eleição no Senge-MG é o mais significativo da sua democracia interna, pois é por meio dele que os engenheiros e engenheiras associados demonstram, no voto, a sua avaliação em relação ao trabalho da diretoria que está à frente do Sindicato.

A força de uma associação é proporcional à participação e mobilização de seus associados. Poder se organizar em sindicatos livres e independentes é uma das principais conquistas dos trabalhadores em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho frente ao poder patronal e às políticas econômicas e sociais que privilegiam o capital.

Perto de completar 60 anos de

existência, o Senge-MG tem acumulado em sua história um trabalho à altura dos ideais e das expectativas da categoria, seja por liderar as lutas específicas dos engenheiros, seja pelo seu engajamento nas grandes questões nacionais. Ao longo de seis décadas, construiu, com a participação de seus associados, uma história de lutas em defesa dos engenheiros, da engenharia e de toda a sociedade. Consolidou e ampliou conquistas trabalhistas que afetam diretamente a vida de milhares de profissionais. Trabalhou pela redemocratização do país e colaborou, intensamente, na reconstrução do sindicalismo brasileiro. Em tempos recentes, concentrou a sua luta contra o desemprego, a cassação dos direitos e conquistas dos trabalha-

dores, as privatizações e o crescimento das desigualdades sociais.

Nos últimos dois anos, o Senge-MG vem retomando o seu papel de agente ativo na defesa dos interesses dos engenheiros, destacando-se na luta pelo cumprimento da Lei 4950-A que garante à categoria o piso de 8,5 salários mínimos por jornada de oito horas de trabalho.

Manter essa trajetória de lutas e ampliar as conquistas da categoria são os principais desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, a atual diretoria convoca a todos os associados a participarem deste processo democrático. Só com a participação e mobilização de todos é possível construir um Sindicato forte e capaz de defender os interesses dos trabalhadores.

ELEIÇÕES NO SENGE-MG - 26, 27 e 28/09/2007 - PARTICIPE!!!

CEMIG

Trabalhadores escolhem conselheiros

O s trabalhadores da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) escolheram seus representantes para o Conselho de Administração da empresa, no dia 10 de abril. Os eleitos foram o tecnólogo de gestão pública, Carlos Alberto de Almeida, como titular da vaga, e Maria Silva, engenheira aposentada da Cemig, como suplente. O Senge-MG, juntamente com o Sindieleto, encaminhou o nome de ambos ao governo de Minas Gerais, no dia 23 de abril.

O encaminhamento dos nomes dos novos conselheiros foi feito pelo presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes e pelo coordenador do Sindieleto, Wi-

llian Wagner, durante encontro com o Secretário de governo, Danilo de Castro.

Durante a reunião, o presidente do Senge-MG aproveitou para entregar a Danilo de Castro uma correspondência, a ser encaminhada ao vice-governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastásia, solicitando audiência para tratar de assuntos referentes ao Conselho Estadual de Saneamento. Este foi proposto pelo Governo do Estado no momento das negociações sobre a subsi-

diária da COPASA, prevista pelo Projeto de Lei 3374, com atuação no Vale do Jequitinhonha, Vale do São Mateus, Mucuri e na região Norte do Estado. "Acreditamos que o Senge-MG

e o Sindágua, como sindicatos extremamente ligados às questões do saneamento básico, podem e devem contribuir em muito na proposta de criação desse conselho", disse Nilo Sérgio.



O Presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, e o coordenador do Sindieleto, Willian Wagner, com o secretário Estado de Governo de Minas, Danilo de Castro.

ANUIDADE SOCIAL

Senge reduz valor e premia associados

O Senge Minas Gerais reduziu o valor da anuidade social de 2007 e está reeditando a promoção que empolgou a categoria no ano passado. Todos os sócios que quitarem a anuidade social de 2007 até o mês de julho estarão concorrendo a uma destas ferramentas de trabalho: um notebook com o programa Intellicad instalado, um aparelho GPS e um SmartPhone Palm. O sorteio será realizado em agosto, no evento em que o Sindicato estará comemorando 60 anos de sua fundação. As regras do sorteio encontram-se no site do Sindicato.

A anuidade social de 2007 foi reduzida em 10% em relação à do ano passado. A Assembléia Geral estabeleceu o seu valor em R\$ 143,50 e os aposentados têm desconto de 50%. Os engenheiros desempregados ficam isentos da anuidade até que retomem as suas atividades. A anuidade pode ser paga em duas parcelas e quem optar pelo pagamento integral tem o desconto de 10%. Caso o sócio não tenha recebido a boleta bancária pelo Correo pode solicitá-la ao Sindicato.

O objetivo da campanha é o fortalecimento do sindicato e a valorização profissional da categoria. Manter a estrutura do sindicato, mobilizar a categoria e proporcionar melhores serviços e benefícios dependem da contribuição de todos os trabalhadores da base. Portanto, ampli-

ar o número de associados quites com as obrigações sindicais é fundamental para que a instituição se fortaleça na representação dos engenheiros e tenha uma atuação livre e independente. É importante ressaltar que a organização sindical é uma das principais conquistas da classe trabalhadora. É por meio de seus sindicatos que os trabalhadores podem encaminhar as suas lutas e reivindicações, bem como conquistar melhores condições de trabalho e vida.

Como funciona

Para os fins legais, os sindicatos se equivalem às associações civis sem fins lucrativos. Como associação, são formados por um quadro de filiados, os quais contribuem, por adesão, com mensalidades ou anuidades para a manutenção da estrutura sindical, cujos valores e forma de cobrança são definidos em Assembléia Geral do Sindicato.

Ao se tornar sócio do Senge Minas Gerais, além de garantir direitos trabalhistas, o engenheiro tem acesso a plano de saúde e diversos convênios médicos e odontológicos, assistência jurídica, cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional e outros serviços e benefícios que estão à disposição dos associados. E o que é principal, está integrado à luta política empreendida pela entidade há 60 anos, em prol dos engenheiros e de toda a engenharia.



RELATÓRIO TRIMESTRAL RECEITAS E DESPESAS

Nº	1.RECEITAS	VALORES
1	Contribuição Sindical	R\$ 753.771,42
2	Anuidade Social	R\$ 3.417,61
3	Taxa Fortalecimento Sindical	R\$ 26.908,29
4	Receitas Jurídicas	R\$ 33.151,44
5	Aplicações Financeiras	R\$ 10.860,48
6	Copiadora e Duplicador	R\$ 58,25
7	Cursos - Inscrições	R\$ -
8	Taxa Patronal Sicepot	R\$ -
9	Crea - MG ART 6,8%	R\$ 10.088,19
10	Crea - MG ART Ato 32	R\$ -
11	Crea - MG ART Ato 33	R\$ 3.065,75
12	Certificado Quitação	R\$ 111,00
13	Patrocínios / Parcerias	R\$ -
14	Outras	R\$ 122,00
TOTAL DE RECEITAS		R\$ 841.554,43
Repasse de Processos Engenheiros/Advogados		R\$ 10.694,83

DESPESAS CORRENTES		
Nº	Descrição da despesa	TOTAL GERAL
1	Água	R\$ 116,45
2	Alimentação e Lanches	R\$ 2.605,79
3	Aluguel e Condomínio	R\$ 11.215,13
4	Apoio a Entidades e Movimentos	R\$ 1.701,98
5	Artigos de Expediente	R\$ 1.813,71
6	Aquisição, Manut. e Suprimentos de Informática	R\$ 4.247,60
7	Site: Domínio e Manutenção	R\$ 497,00
8	Assin. de Jornais/Revistas/Internet	R\$ 1.834,10
9	Cartórios, Custas e Emolumentos	R\$ 71,97
10	Combustíveis, Lubrificantes e Estacionamento	R\$ 1.587,70
11	Condução e Transporte	R\$ 1.523,34
12	Congressos, Encontros e Conferência	R\$ 3.720,34
13	Conserv. Manut. de Instalações	R\$ 124,10
14	Conserv. Manut. de Móveis	R\$ 234,00
15	Conserv. Manut. de Equipamentos	R\$ 2.410,08
16	Cópias Xerográficas	R\$ 75,80
17	Correios e Telegrafos	R\$ 30.415,37
18	Cursos de Aperfeiçoamento	R\$ 175,00
19	Despesas Bancárias	R\$ 20.342,39
20	Veículos: Manutenção e Conserto	R\$ 133,40
21	Energia Elétrica	R\$ 1.847,04
22	Festas e confraternizações	R\$ 579,55
23	Filiação a CUT	R\$ -
24	Filiação ao DIEESE	R\$ 5.419,05
25	Filiação ao DIAP	R\$ 630,00
26	Filiação Intersindical Furnas	R\$ 350,00
27	Filiação FAP	R\$ 510,00
28	Filiação FISENGE	R\$ 2.340,00
29	Fotografia, Video/Som	R\$ -
30	Honorários Contábeis	R\$ 2.630,44
31	Impostos e Taxas	R\$ -
32	Jornais, Boletins e Cartilhas	R\$ 4.885,00
33	Gráfica	R\$ 18.839,54
34	Material de Limpeza	R\$ 253,05
35	Multas e Juros Passivos	R\$ -
36	Publicações de Editais/Anúncios	R\$ 1.842,50
37	Restituições e Reembolsos	R\$ 496,79
38	Seguros	R\$ -
39	Serviços de Terceiros	R\$ 1.206,50
40	Telefone Fixo	R\$ 6.329,93
41	Telefone Celular	R\$ 5.564,41
42	Hospedagens, Passagens e Alimentação	R\$ 3.511,96
43	Despesas Múdas de Pronto Pagamento	R\$ 2.105,50
SUB-TOTAL		R\$ 143.986,51

DESPESAS COM PESSOAL		
Nº	Descrição da despesa	TOTAL GERAL
47	Salários Empregados	R\$ 49.696,47
48	Indenizações e Férias	R\$ 257,81
49	Gratificações	R\$ -
50	Décimo Terceiro Salário	R\$ -
51	Vale Transporte	R\$ 6.251,87
52	Unimed / Uniodonto	R\$ 9.934,62
53	Vale Alimentação	R\$ 7.309,71
54	Abono Salarial	R\$ -
55	INSS	R\$ 18.852,34
56	FGTS	R\$ 5.264,40
57	PIs	R\$ 626,69
58	Seguro	R\$ 857,52
59	Auxílio Creche	R\$ 1.844,00
60	Repasse Siseamg	R\$ 221,74
61	Bolsa Estágio	R\$ 3.229,90
62	Prestação de Serviços com recibo	R\$ 23.838,10
63	Uniformes e Camisetas	R\$ -
SUB-TOTAL		R\$ 128.185,17
TOTAL GERAL		R\$ 272.171,68

REFORMA

Urgente e necessária para o f

A Reforma Política tem sido considerada como essencial para a definitiva institucionalização da democracia no país. Entretanto, se há um consenso sobre a sua necessidade, transformá-la em realidade parece ser uma missão quase impossível. Várias tentativas já foram feitas e algumas medidas chegaram a ser aprovadas no Congresso Nacional, como a cláusula de barreira que limitava a atuação dos partidos que não atingissem determinado percentual de votos nas eleições proporcionais. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a medida e tudo continua como antes: um sem número de legendas, muitas consideradas de "aluguel" e sem nenhuma representatividade,

vivendo do dinheiro público e tendo acesso "gratuito" aos meios de comunicação.

Uma decisão recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que considerou que os mandatos obtidos em eleições proporcionais pertencem aos partidos e/ou coligações, colocou em xeque as recorrentes trocas de partidos feitas por parlamentares e na pauta da sociedade e do Congresso Nacional a urgência de se fazer uma reforma definitiva.

Veja a seguir o que está sendo discutido na Reforma Política, as dificuldades para se chegar a um consenso e a participação do movimento social para que a democracia seja mais participativa no país.



Sistema precisa de mudanças estruturais

A reforma política, em debate no Congresso Nacional, é um assunto delicado. Realizá-la implicará mudanças efetivas no sistema político brasileiro, daí a dificuldade de se chegar a um consenso em torno das propostas que estão na base dessa discussão. Para Ananias José de Freitas, cientista político e professor da PUC Minas, a probabilidade de se efetuar uma reforma integral é muito pequena. "Dado o conjunto de polêmicas, a tendência é de que ela seja feita parcialmente", avalia.

No entanto, de acordo com Ananias José, é preciso que todo o con-

junto de mudanças entre em vigor para que o sistema político possa melhorar. "Precisamos entender que a reforma deve ser pensada dentro de um desenho mais amplo da estrutura política. Ela não pode ser feita assim, mudando um pontinho aqui e outro ali", reforça ele.

O desgaste das instituições políticas frente a tantos escândalos e corrupção é o principal fator que justifica a necessidade urgente de se fazer uma reforma política no Brasil. Para o professor, o descrédito com o Congresso Nacional e a crise de representação pela qual o país está passando justificam o interesse dos próprios políticos na

discussão e aprovação das propostas levantadas. "Há uma pressão muito forte por parte da sociedade, que tem demonstrado insatisfação com as instituições brasileiras, em especial com a Câmara dos Deputados. Isso acaba influenciando os parlamentares a realizarem algum tipo de mudança", afirma o cientista político. Ele ressalta, ainda, que essa crise pode se tornar positiva para a democracia do país, uma vez que o cenário atual "pode fazer com que os parlamentares aprovelem mudanças que, em outra conjuntura, não seriam sequer discutidas".

O ambiente político, aparente-

mente favorável e propício à reforma, não deve ser encarado pela sociedade, entretanto, como motivo de desmobilização. A participação de grupos sociais, entidades, sindicatos e associações será fundamental para que a aprovação da reforma tenha chance de ser feita de maneira completa. "Os cidadãos têm que fazer chegar, aos ouvidos dos deputados e senadores, suas idéias e o que esperam que seja feito. Seja direta ou indiretamente, as pessoas precisam mandar e-mails, cartas, o que for possível, para encaminhar suas propostas e acompanhar o debate", finaliza o cientista político.

Os eixos da reforma

A base da reforma política se divide em cinco eixos, dos quais três recebem maior destaque e são alvos de maior debate. O primeiro eixo propõe o fortalecimento da democracia direta, através do fortalecimento de mecanismos como o plebiscito e o referendo, previstos pela Constituição Federal. "O plebiscito e o referendo são momentos de consulta ao eleitor sobre algum tema ou decisão. A reforma tem que criar mecanismos para que essas modalidades possam ser mais utilizadas", diz Ananias.

O segundo eixo diz respeito ao

fortalecimento da democracia participativa. "Os projetos de iniciativa popular são projetos de lei que podem ser encaminhados ao Congresso pela população. Hoje é muito difícil alcançar o número de assinaturas suficiente, ou seja, um milhão, no país todo, para poder apresentar esse tipo de projeto. A saída seria diminuir as exigências para tanto", pondera o professor.

O financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, o voto distrital e em listas fechadas fazem parte do terceiro eixo, preocupado com o aperfeiçoamento da demo-

cracia representativa. Para o cientista político, esse é um dos eixos mais importantes da reforma. "A fidelidade partidária é fundamental, não há possibilidade de você ter uma estrutura política densa e representativa se você não tiver um controle maior sobre o troca-troca de partidos. A mesma coisa acontece com o financiamento público de campanha. Ele seria um instrumento para coibir a corrupção, mas sozinho não daria conta. Seria necessário que uma legislação pesada fosse criada para punir os infratores", afirma. O voto distrital também é considerado como

um mecanismo fortalecedor da democracia, uma vez que permitiria uma maior fiscalização por parte dos eleitores do desempenho dos candidatos eleitos.

O quarto eixo defende a democratização da comunicação e informação, através de um sistema público de comunicação e da criação de instrumentos públicos de controle sobre os meios privados. Já o quinto eixo quer uma maior transparência e democratização do poder Judiciário, exigindo concursos públicos para o acesso aos cargos de tal poder.

POLÍTICA

Fortalecimento da democracia

Mudanças sem casuísmos

Uma reforma política que valorize a democracia direta, fortaleça a democracia participativa e modernize a democracia representativa. É por isso que o Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais (Senge-MG) está se mobilizando. Para Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge, as propostas em debate são modernas e democráticas e resolveriam o descrédito e a crise de representação pela qual o Brasil está passando.

No dia 24 de março, juntamente com a ONG Mãos Limpas e entidades como a CUT-MG, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Associação Democracia Ativa, o Senge-MG participou do Fórum Mineiro pela Reforma Política. Nele foi elaborado um manifesto por uma reforma política ampla, democrática e participativa. "Propostas como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanha são

consenso entre todas as entidades que lutam pela reforma", assegura Nilo Sérgio. Segundo ele, no entanto, por serem muito polêmicas, as outras propostas, como voto distrital e em listas fechadas, precisam passar por um maior debate antes que sejam encaminhadas.

O sindicato espera que, ainda em 2007, sejam aprovadas algumas mudanças que possam ser válidas nas eleições do ano que vem. O Senge, porém, defende a realização de uma reforma política a mais ampla possível. "Mudanças casuísticas, como o fim ou a permanência da reeleição, não serão suficientes para resolver a crise política brasileira. A mudança tem que ser total", conclui Nilo Sérgio Gomes.



O Fórum Mineiro foi um momento importante no debate sobre a Reforma Política

Principais pontos da reforma política

Financiamento público de campanha: com a reforma, o financiamento público seria a única fonte para custear as campanhas eleitorais e a quantia destinada a este financiamento aumentaria dos atuais R\$ 120 milhões para R\$ 800 milhões, aproximadamente.

Voto distrital: ao contrário do voto proporcional, no voto distrital cada estado seria dividido em um número de distritos equivalente ao de cadeiras no Legislativo. Os partidos apresentam seus candidatos e ganha o mais votado em cada distrito. A condição básica para dividir o mapa é que cada área tenha um número equivalente de eleitores.

Fidelidade partidária: se aprovada, tal proposta instituiria a fidelidade partidária, segundo a qual os representantes teriam de permanecer no partido pelo qual foram eleitos, com pena de perderem o mandato em caso de troca. A questão, porém, é controversa. Muitos políticos defendem a existência de exceções, como por exemplo, a saída do eleito de seu partido para a fundação de um novo.

Referendo e Plebiscito: tais mecanismos de consulta à população, como a reforma, seriam utilizados com maior frequência, fortalecendo a democracia direta.

Se uma imagem vale mais do que mil palavras...

Um modelo 3D vale mais do que mil desenhos 2D

Projete com o ARCHUS

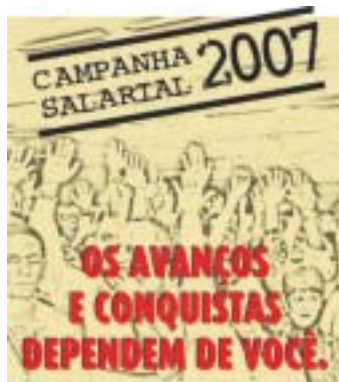
Liberdade de Criação +
Produtividade +
Preço =

Integração Total Projeto ↔ Desenho
Qualquer alteração no modelo é refletida automaticamente em todos os desenhos do projeto.

Aplicativo para projetos profissionais para o setor de AEC

Compatível com AutoCAD e IntelliCAD

Temma CAD Software: 31-3335-4995
robertotemma@click21.com.br



Negociações com a PBH terão pauta comum

A construção de uma pauta comum e a unificação das ações da campanha salarial são os principais objetivos dos sindicatos e associações que representam os trabalhadores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com vistas às negociações do acordo coletivo de 2007/2008. Para o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, a unificação da pauta não significa que as necessidades e reivindicações particulares dos trabalhadores, de acordo com a empresa em que atuam, serão abandonadas. "A única mudança é que a pauta comum vai ter prioridade nas negociações", garante o presidente.

Para a construção desta unidade, o Senge-MG tem contado com a mobilização dos engenheiros e engenheiras de todos os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e com a participação de entidades representativas, a exemplo da Associação dos Engenheiros da Sudecap (AES) e da

Associação dos Profissionais Liberais de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura e Agronomia da Prefeitura de Belo Horizonte (Aplena).

Apesar de ser constante, lenta e difícil, a luta dos profissionais por condições justas de trabalho precisa ser acompanhada. No fim de março, os engenheiros da administração direta da PBH, realizaram um ato público pela efetivação do acordo de 2006, ainda pendente. Mais de um mês depois, a categoria ainda espera pelo envio à Câmara de Vereadores de um projeto de lei, prometido pelo prefeito Fernando Pimentel, que atenderia às reivindicações de equiparação do salário dos engenheiros com os da Urbel e Sudecap, aumento do vale-refeição, entre outras.

A mobilização dos profissionais da administração indireta da PBH também tem avançado. No dia 19 de abril aconteceu uma Assembléia na Urbel para a definição da pauta de reivindicações. O Senge voltou a atuar, a pedido dos funcionários da empresa, e vai trabalhar para a reabertura das negociações entre empresa e trabalhadores, que já estão há dois anos sem acordo. Reuniões

com engenheiros de outras unidades, como Sudecap, SLU, BHTrans e Fundação Zoobotânica, estão sendo realizadas ou agendadas.

Com as entidades representativas da categoria foram definidos uma pauta comum e os próximos passos da campanha unificada. Esta lista de reivindicações dos engenheiros e dos trabalhadores em geral é importante como instrumento de pressão. Estes são os principais pontos da pauta dos trabalhadores (níveis elementar, superior e médio) da PBH:

- Piso salarial profissional para todos os ocupantes de nível superior em 8,5 SM.
- Piso salarial para todos os ocupantes de cargos níveis médio igual ao maior praticado pela PBH.
- Plano de previdência privada, com renda vitalícia e que garanta o

mesmo padrão de quando na ativa.

- Plano de saúde (médico, odontológico, psicológico etc) com coberturas ambulatoriais (pequeno risco) e hospitalares (grande risco), para o trabalhador e seu grupo familiar. A participação do trabalhador no custeio do plano estará limitada em 5% de seu salário base.
- Quinquênio de 10%.
- Vale refeição - 30 vales por mês com valor facial conforme o maior valor praticado pela PBH.
- Seguro de vida.
- Horas Extras - Adicional de 75% em dias úteis e 100% em feriados, sábados e domingos. A compensação de horas extras será uma opção do trabalhador. A compensação será feita na mesma proporção com o acréscimo do respectivo adicional.

CPRM

Encontro unifica reivindicações

Entre os dias 23 e 27 de abril foi realizado, em Belo Horizonte, o encontro nacional dos empregados da CPRM. O evento, que acontece anualmente, é uma reunião do Conselho Consultivo da Coordenação Nacional dos Empregados da CPRM (Conae) e das associações regionais de trabalhadores da empresa, que utilizam a ocasião para apresentarem suas reivindicações.

Esse ano, as principais reivindicações dos trabalhadores foram pela assistência médica, esclarecimento das regras de implantação do ponto eletrônico e pelo conhecimento e implantação do plano de cargos e salários, até então nebuloso para os trabalhadores.

O evento, que teve participação de onze das treze associações de trabalhadores da CPRM, contou com palestras, como a feita pelo presidente da empresa sobre

sua atuação nos últimos três anos e sobre os planos futuros para a organização, com reuniões entre diretores de relações institucionais e também com reuniões com representantes da previdência complementar que atende aos funcionários da CPRM, para explicação de usos e benefícios. Dois funcionários foram eleitos para representar os trabalhadores junto à empresa previdenciária (BB Previdência). Margaret Marques dos Santos vai representar a Conae e Julio Murilo vai representar a CPRM.

A unificação de uma pauta com as reivindicações das associações, para ser encaminhada às entidades sindicais, também foi aprovada durante o encontro. Além disso, a Conae aproveitou a ocasião para divulgar a prestação de contas. O local para a reunião de 2008 já está definido e vai acontecer em Brasília.

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NAS CADERNETAS DE POUPANÇA

O prazo para reclamar a correção do Plano Bresser na cadernetas de poupança termina em 31 de maio de 2007

1) QUEM TEM DIREITO?

Todos que tinham cadernetas de poupança ativas entre os dias 1º e 15 dos meses de junho de 1.987 e janeiro de 1.989.

A correção pode ser pleiteada independentemente da instituição bancária na qual era mantida a caderneta de poupança.

2) QUAIS OS ÍNDICES?

Há divergências entre 6,81% e 8,04% para o mês de junho de 1.987, e 16,65% e 19,75% para o mês de janeiro de 1.989.

3) MOTIVOS:

1.987 - Com a implantação do Plano Bresser, a correção das contas poupança deveria ser feita pelo IPC (Índice de preços ao consumidor). No entanto, o governo aplicou o reajuste com base nas LBC's (Letras do Tesouro Nacional), e os bancos ganharam a diferença entre os percentuais em detrimento do consumidor.

1.989 - Com a implantação do Plano Verão, ficou definida a correção das cadernetas de poupança pelo rendimento da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional). Contudo, o governo aplicou o reajuste com base na LFTN (Letra Financeira do Tesouro Nacional), e os bancos, novamente, ganharam a diferença em detrimento do consumidor.

4) DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

• 2 (duas) cópias dos extratos da(s) caderneta de poupança de junho e julho de 1.987 e/ou dezembro de 1.988 a março de 1.989, sendo 1 (uma) cópia simples e 1 (uma) cópia autenticada.

Obs: Os bancos são obrigados a fornecê-los. Se o banco tiver sido extinto, basta entrar em contato com o Banco Central para que seja informado qual foi seu sucessor.

• Cópia da identidade e CPF;

• Procuração;

• Declaração para fins de obter a gratuidade judiciária, caso queira;

• Contrato de honorários preenchido em duas vias, a ser preenchido no momento da entrega da documentação.

Obs:

1 - Em caso de contas conjuntas, serão necessários documentos de todos os titulares;

2 - No caso de Espólio, será necessária cópia da certidão de óbito, do termo de inventariante e dos documentos do inventariante.

Os interessados, de posse da documentação, deverão entrar em contato com o SENGE MINAS GERAIS, pelo telefone (31) 3271-7355, para obter maiores informações.

Emenda 3 estimula a precarização e a perda de conquistas dos trabalhadores

A Emenda 3, que impede os fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social de punir as empresas que contratam trabalhadores utilizando o subterfúgio da Pessoa Jurídica (PJ), é um estímulo à precarização das relações de trabalho e à perda de conquistas históricas dos trabalhadores. Para o Senge-MG, esta é uma ameaça que afeta particularmente os engenheiros, que são, muitas vezes, obrigados a constituir firmas e emitir notas fiscais para sobreviverem no mercado de trabalho.

Incluída por parlamentares na lei que criou a Super-Receita, a emenda 3 estabelecia que apenas a Justiça do Trabalho poderia contestar um contrato firmado entre duas pessoas jurídicas para a prestação de serviços. Ela proibia os auditores fiscais de multar empresas que contratassem profissionais como pessoas jurídicas (PJ). A fiscalização do Ministério do Trabalho seria condicionada a uma análise prévia da Justiça do Trabalho, ou seja, a fiscalização só poderia ser efetuada com o apoio de uma decisão judicial.

A classe operária e o movimento sindical vêm nessa emenda uma ameaça aos direitos dos trabalha-

dores, uma vez que ela estimula a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, em substituição à carteira assinada e defendem a manutenção do veto do presidente Lula à sua vigência. Por outro lado, entidades empresariais, como a Fiesp e a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fecomercio), e grande parte da mídia são a favor da emenda e fazem uma grande campanha de convencimento pela derrubada do veto no Congresso Nacional. Para eles, esta é uma mudança necessária e modernizadora da lei trabalhista do país, além de defenderem que é um instrumento de combate à informalidade. Na verdade, esta é mais uma iniciativa da Reforma Trabalhista que, sorrateiramente, vai retirando direitos dos trabalhadores.

Como resposta às pressões que vem sofrendo de ambos os lados, o governo apresentou ao Congresso Nacional, no dia oito de maio, um projeto para substituição da emenda 3. O objetivo dele é regulamentar os contratos de prestação de ser-



viço por profissionais liberais na forma de pessoas jurídicas personalíssimas. Trabalhadores de determinadas atividades poderão ser contratados como pessoas jurídicas, contanto que não apresentem relação de subordinação com as empresas para as quais prestam serviço e que não haja habitualidade no trabalho. As profissões que seriam atingidas, no entanto, ainda não foram definidas. Além disso, o projeto prevê um aumento da carga tributária para o profissional que for considerado como pessoa jurídica. Isso significa uma alíquota extra, ainda não defi-

nida, para o INSS, além dos 15% já pagos como PJ. É importante, portanto, ficar atento à tramitação deste novo projeto de lei no Congresso, para que com os "aperfeiçoamentos" dos congressistas não venham no sentido de legalizar estas relações e de ampliar ainda mais a carga tributária sobre os trabalhadores.

Por outro lado, o veto à emenda ainda pode ser derrubado pelo deputados federais. Porém, a mobilização sindical que tem ocorrido pode fazer com que haja uma mudança de postura e que o assunto, aprovado com tanta facilidade anteriormente, seja debatido profundamente e gere reflexão

sobre as conseqüências que tais mudanças podem trazer para o universo do trabalhador brasileiro.

No dia 23 de maio, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai realizar uma manifestação nacional de apoio ao veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda 3. Em Minas Gerais, a entidade pretende promover a mobilização nas principais praças das maiores cidades do estado. O Senge Minas Gerais estará participando desta mobilização, pois considera este tema de suma importância para os engenheiros.

Mínimo Profissional tem novos valores

Com a entrada em vigor do reajuste anual do salário mínimo, que a partir de 1º de abril passou para R\$ 380,00, o mínimo profissional dos engenheiros, instituído pela lei 4950-A, também tem novos valores. Para a jornada de seis horas, o menor salário que deve ser pago ao engenheiro é de R\$ 2.280,00. Para as jornadas de sete e oito horas, o piso mínimo da categoria deve ser de R\$ 2.755,00 e R\$ 3.230,00, respectivamente.

A defesa do Salário Mínimo Profissional e o respeito à lei 4.950-A/66 são prioridades para o Senge Minas Gerais. Em 2006, o Sindicato publicou a cartilha Salário Mínimo Profissional – Dignidade e Justiça nas Relações de Trabalho, que tem sido um importante instrumento de conscientização

e informação da categoria na garantia e defesa de seus direitos.

Está, também, à disposição da categoria o serviço 0800 que atende a denúncias sobre o descumprimento da lei do Salário Mínimo Profissional. Por meio do telefone 08002831451, os profissionais podem denunciar as empresas inadimplentes, para que o Sindicato tome as providências que possam levar à reversão da situação. É importante que o denunciante tenha os dados da empresa, como nome, telefone e endereço completo, e informações quanto ao número de engenheiros que estão recebendo abaixo do piso e há quanto tempo a legislação vem sendo descumprida. O denunciante não precisa se identificar.

Crea-MG faz recadastramento obrigatório

O Crea-MG está realizando o recadastramento obrigatório dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e agrimensores com registro ativo no Conselho. Até o dia 29 de junho, o recadastramento é gratuito. Após essa data, será cobrada a quantia equivalente à metade da taxa do valor da carteira. Os profissionais devem comparecer aos CREA com uma foto 3 x 4, o original e uma cópia da carteira de identidade, do CPF e do título de eleitor. Quem possuir habilitação em Engenharia de Segurança do trabalho, deverá apresentar o certificado original

e uma cópia do mesmo.

O recadastramento pode ser feito das 8:30 às 16:30 nos seguintes locais: Sede do Crea-MG (Av. Álvares Cabral, 1600 – Santo Agostinho); Escritório Savassi (Rua Ceará, 1.584 – loja 3); Escritório Cidade Nova (Av. Cristiano Machado, 2.510 – lojas 17 e 19 – Shopping Minas Mall); Escritório Barreiro (Av. Sinfrônio Brochado, 624 – Salas 105 e 106 – Barreiro); Escritório Pampulha (Av. Antonio Carlos, 8.100 – loja 110 – Shopping Pampulha Mall); Escritório Belvedere (Av. Luiz Paulo Franco, 500 – loja 07 – Shopping BH Mall).

Sindicato apresenta os cursos para 2007

Dentro de sua política de valorização do profissional, o Senge Minas Gerais coloca à disposição da categoria uma série de cursos de atualização profissional nas mais diversas áreas de atuação da engenharia. Os cursos são ministrados em parceria com instituições de educação profissional e, por meio deles, os engenheiros têm acesso às novas tecnologias utilizadas no mercado, o que lhes proporcionam novos horizontes para a atuação profissional.

Os cursos que estão sendo ofertados em 2007 foram programados em função das demandas da categoria e serão realizados com a Treinar Cursos de Informática. Os engenheiros que trabalham em empresas do setor de construção pesada estão isentos do investimento em razão da Convenção Co-

letiva de Trabalho de 2006/2007. Os sócios do Sindicato em dia com a anuidade social têm desconto de 50% no valor do curso.

Os cursos têm como público alvo os engenheiros de todas as modalidades e estudantes de engenharia sócios do Senge Minas Gerais (aspirantes). Para se inscrever, é necessário preencher a ficha de inscrição disponível no sindicato (Rua Espírito Santo, 1701 - BH 12h a 18h) ou no site www.sengemg.org.br. O pagamento deve ser efetuado no Sindicato ou depósito na conta (Banco do Brasil - Agência 1614-4 - Conta 7755-0). Enviar fax do depósito ao sindicato - (31) 3226.9769 aos cuidados da Tesouraria. O valor da inscrição inclui material didático, lanche e certificado. Veja a seguir os cursos programados para o primeiro semestre deste ano.



Cursos programados para o 1º semestre

EXCEL AVANÇADO FUNÇÕES E MACROS

Objetivo: Habilitar o participante a explorar os recursos de funções e macros do Excel

Pré-requisito: Ter concluído os cursos ou ter conhecimento de Windows e Excel Básico

Conteúdo programático: Introdução - Nomeando Faixas; Funções Avançadas; Desenhos e Figuras; Gerenciamento Avançado de Arquivos; Modelos; Tópicos Avançados de Banco de Dados; Tabelas de Dados; Tabela Dinâmica - Tópicos; Atingindo metas; Consolidação; Intercâmbio de Dados; Solver.

Informações gerais:

Carga horária: 20 h/aula

Data da realização: 4/5 a 13/6/2007

Horário: 19h às 22h,

exceto dia 5/6 (19h às 21h)

Local: Treinar Cursos de Informática

Rua Paraíba, 330 - 15º andar - BH

Investimento:

Associados em dia com anuidade - R\$50,00

Demais associados e não associados - R\$100,00

ORÇAMENTO INFORMATIZADO DE OBRAS

Objetivo: A finalidade deste curso é propiciar aos participantes uma abordagem sobre orçamento de obras civis e suas atividades afins. A globalização da economia, a redução dos custos e a competitividade acirrada exigem das empresas uma filosofia de trabalho mais atuante e profissional. Com isto o setor de orçamentos deverá superar obstá-

culos e preconceitos para vencer licitações na modalidade de menor preço global ou incorporar e construir edificações sem receios de prejuízos ao final das obras.

Conteúdo programático: Clima social da empresa; Estímulos à criatividade e motivação; Leis de Licitações; Edital de Licitação; Orçamentos.

Informações gerais:

Carga horária: 20 h/aula

Data da realização: 4/6 a 13/6/2007

Horário: 19h às 22h, exceto

dia 13/6 (19h às 21h)

Local: Treinar Cursos de Informática

Rua Paraíba, 330 - 15º andar - BH

Investimento:

Associados em dia com anuidade - R\$60,00

Demais associados e não associados - R\$120,00

MS PROJECT AVANÇADO

Objetivo: Capacitar o participante no gerenciamento de projetos avançados do Ms-Project, fazendo com que o gerente de projetos tenha habilidade para reduzir tempo de projeto, custos e melhor controlar caminhos críticos, criando relatórios e campos de controle personalizados.

Pré-requisito: MS-Project Básico ou possuir conhecimentos equivalentes.

Conteúdo programático: Definições; Calendários; Caminho Crítico; Tarefas; Recursos; Ferramentas de Produtividade; Ferramentas Conclusivas; Refinando e Ampliando Conhecimentos; Gerenciamento de Múltiplos Projetos; Introdução às Macros; Impressão e Relatórios; Apêndice.

Informações gerais:

Carga horária: 16 h/aula

Data da realização: 14 a 22/6/2007

Horário: 19h às 22h, exceto dia 19/6 (19h às 21h)

Local: Treinar Cursos de Informática

Rua Paraíba, 330 - 15º andar - BH

Investimento:

Associados em dia com anuidade - R\$80,00

Demais associados e não associados - R\$160,00

AUTOCAD AVANÇADO

Objetivos: Proporcionar aos usuários do software AutoCAD mais conhecimentos, aprimorando e enriquecendo tarefas comuns a execução de projetos através de um estudo mais minucioso dos recursos disponíveis, de tal forma a tirar maior proveito de suas capacidades.

Pré-requisito: Experiência em recursos básicos do AutoCAD

Conteúdo programático: Tratamento de Arquivos; Objetos de Desenho; Propriedades de Objetos de Desenho; Compartilhamento de Dados entre Arquivos; Interface do AutoCAD na Internet; Princípios do Trabalho em 3 Dimensões.

Informações gerais:

Carga horária: 24 h/aula

Data da realização: 18 a 27/6/2007

Horário: 19h às 22h

Local: Treinar Cursos de Informática

Rua Paraíba, 330 - 15º andar - BH

Investimento:

Associados em dia com anuidade - R\$80,00

Demais associados e não associados - R\$160,00